



Audiência Pública

BR-163

Maria Thereza Ferreira Teixeira
DPDR/SDR/MI

Brasília, 01 de outubro de 2015

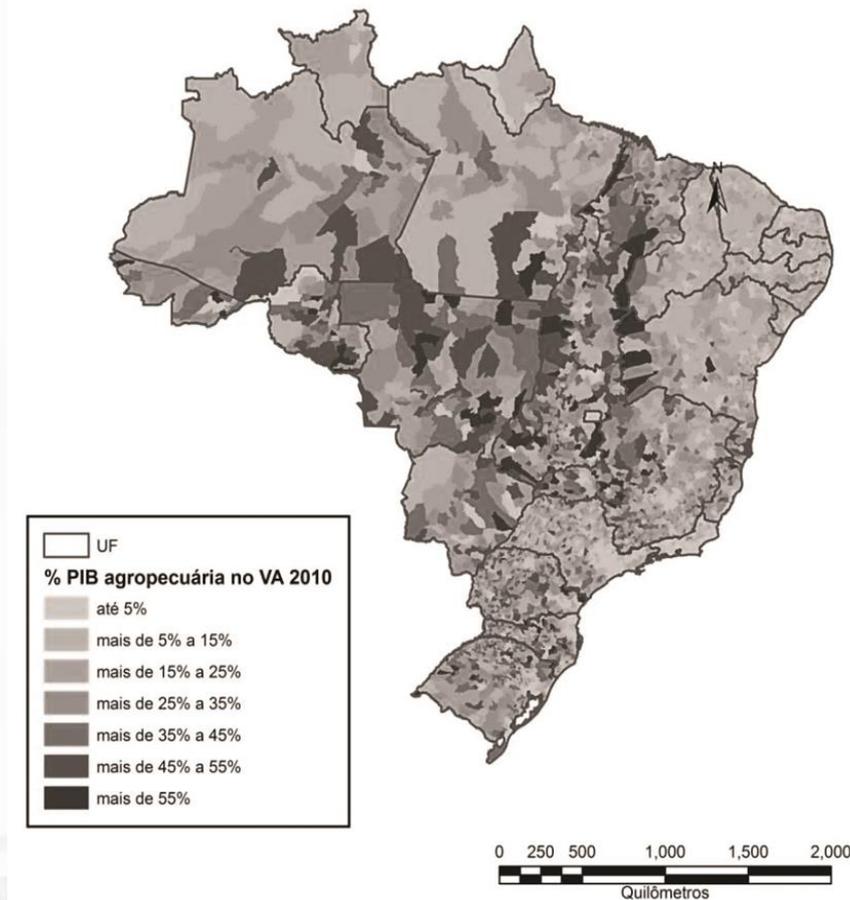
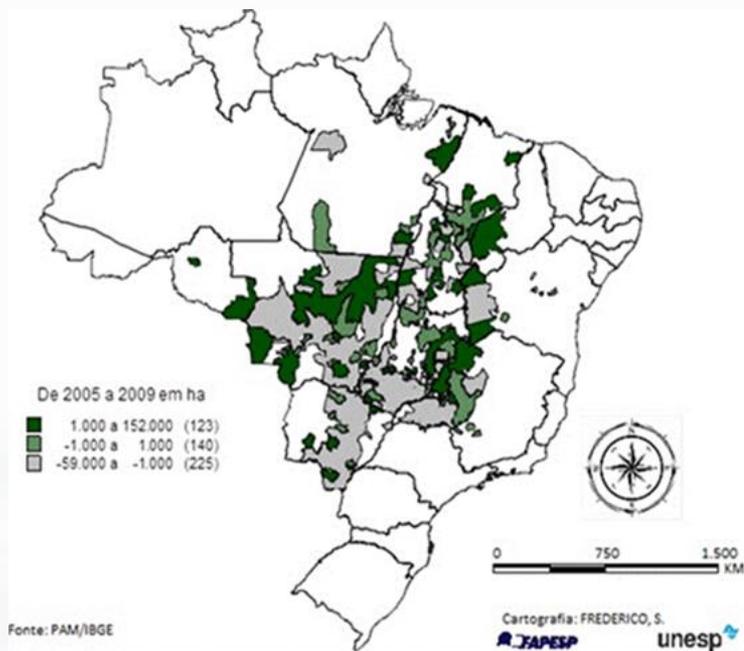


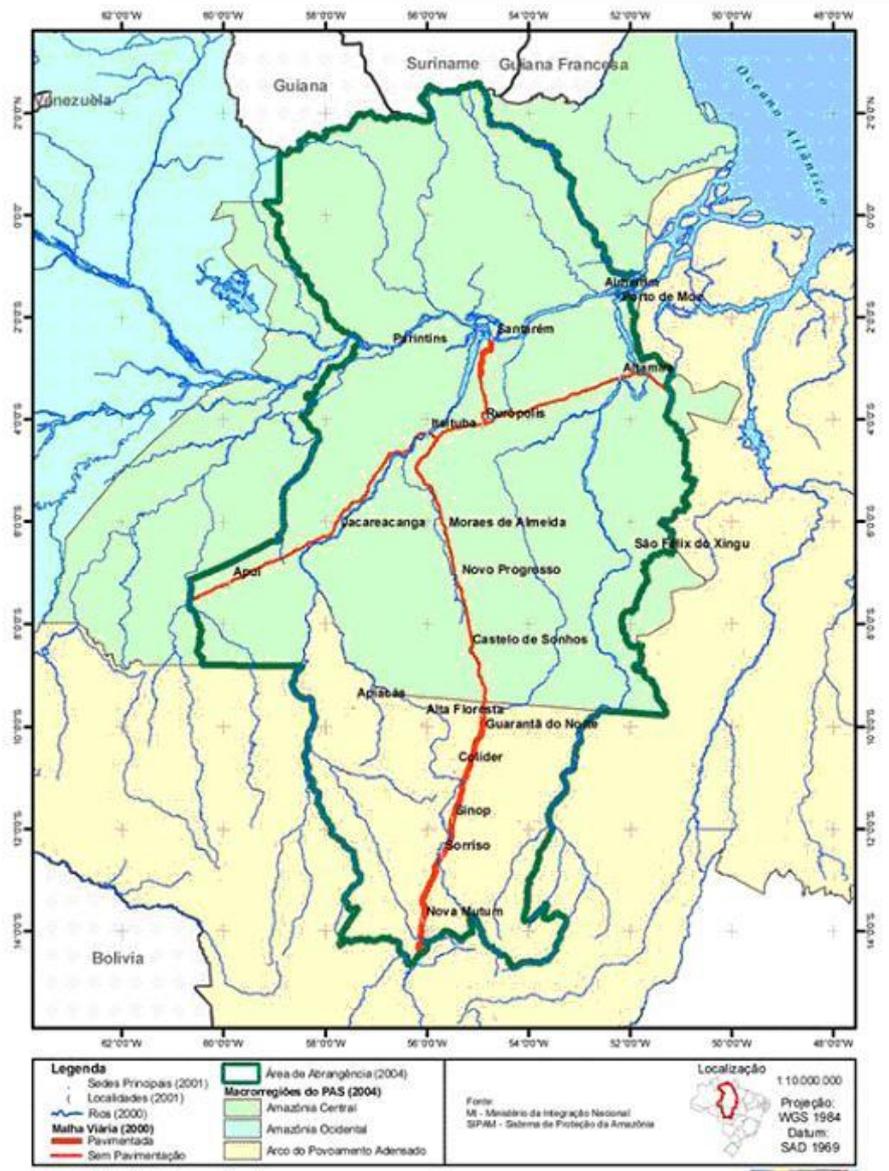
Contexto do Plano



- ❑ Se insere como estratégia da PNDR (sub-regional e no entorno de grandes projetos estruturantes).
- ❑ Se divide entre as áreas de atuação de duas vinculadas do Ministério da Integração Nacional (SUDAM e SUDECO).
- ❑ Concentra nas suas margens um conjunto de centros urbanos de razoável expressão regional e que mantem fluxos intensos.
- ❑ Nas suas adjacências existem terras com uso diversificado (desde agropecuária até áreas protegidas e indígenas).
- ❑ Conecta áreas produtoras de *commodities* com estruturas de escoamento.
- ❑ Construído com participação transversal e diálogo federativo.
- ❑ Trata o desenvolvimento em diversas dimensões, incluindo a regularização fundiária.

Se insere em uma área de forte dependência de commodities





A governança do Plano

Decreto nº 6.290, de 06 de dezembro de 2007.

- Casa Civil da Presidência da República,
- Ministério da Integração Nacional,
- Ministério do Meio Ambiente;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Ministério das Cidades;
- Ministério da Defesa;
- Ministério da Justiça;
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Representante do Estado do Pará, Estado do Mato Grosso, e do Estado do Amazonas; e
- Representantes de Municípios dos Estados do Pará, Mato Grosso e do Amazonas.

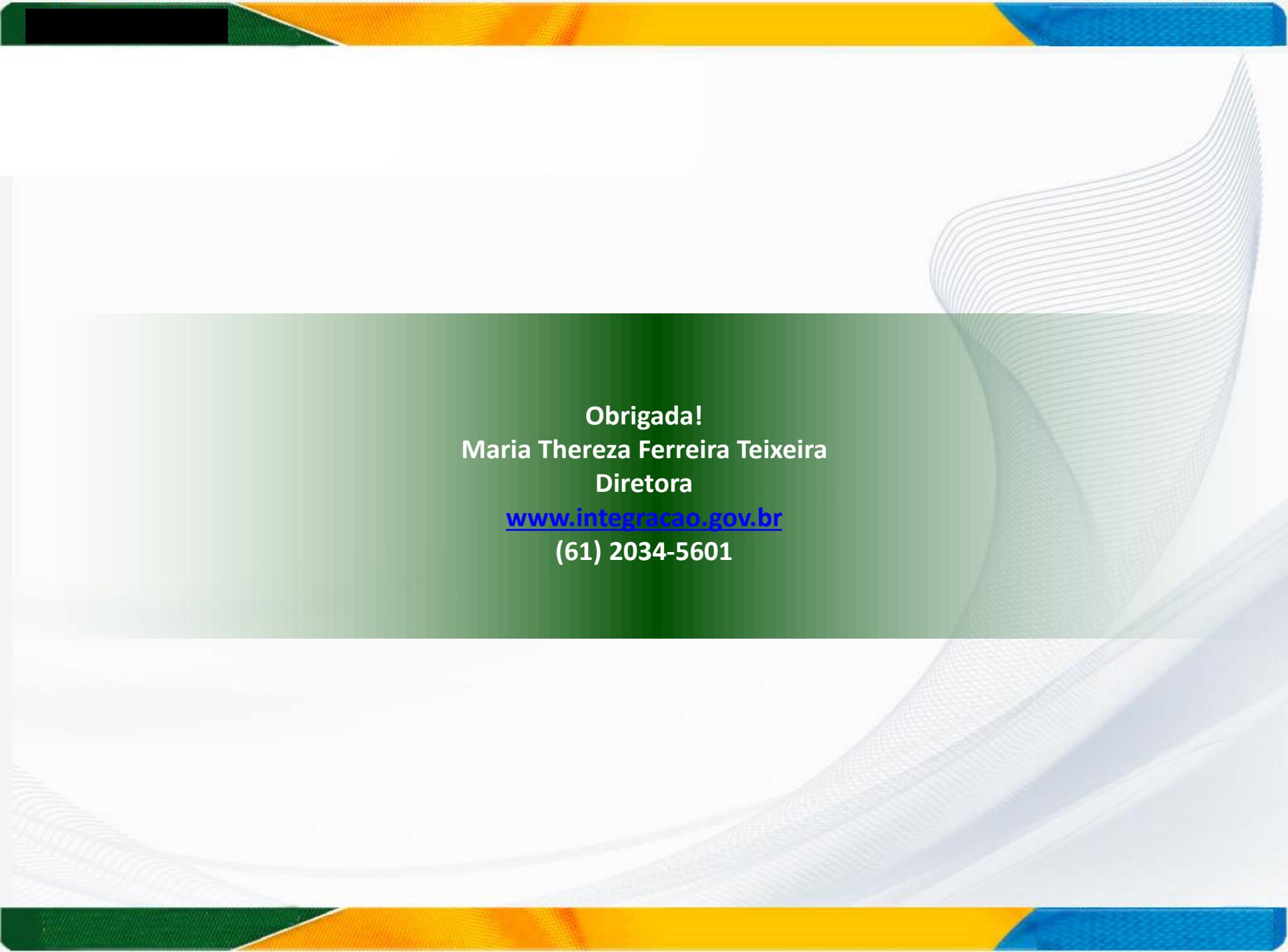
Instrumentos importantes

Instrumentos importantes para ordenar a área contando com a diversidade encontrada

- Zoneamento Ecológico Econômico;
- Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
- Unidades de Conservação;
- Código Florestal;
- Política de Reforma Agrária;
- Política de Recursos Hídricos;
- Política de Tecnologia e Inovação;
- Política Agrícola;
- Política Energética;
- Terras Indígenas;
- Planos Macrorregionais (Centro-Oeste e Amazônia Sustentável);
- Planos Diretores Municipais;
- Plano Nacional de Logística e Transporte ;
- Políticas estaduais (dos estados do Mato Grosso e do Pará) que tratem dos mesmos temas anteriores;
- Entre outros, incluindo-se as questões relacionadas a cidadania e ao fortalecimento das instituições do poder judiciário e do Ministério Público.

Os Desafios que temos

- Atuar articuladamente horizontal e verticalmente para solucionar as questões fundiárias da área.
- Isso requer uma atuação, inclusive, nas casas legislativas.
- Capacitar os governos estaduais e municipais para atuar no planejamento territorial e na fiscalização, de forma colaborativa.
- Promover planejamento, em fases, para ordenar o território.
- Estruturar um eficiente sistema de monitoramento da eficácia das ações de regularização.
- Promover avaliações constantes sobre o avanço das ações, nas diversas escalas e dimensões.
- Instituir marcos legais, em escalas diversas.
- Resgatar a sociedade como um parceiro, no sentido de colaborar para evitar usos inadequados das terras.



Obrigada!
Maria Thereza Ferreira Teixeira
Diretora
www.integracao.gov.br
(61) 2034-5601